

### ATA DE REUNIÃO

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2024 DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA, DA NONA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2024, ÀS 10H.

Às dez horas do dia 12 de junho de dois mil e vinte e quatro, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), sob a presidência do Deputado Distrital Fábio Felix, foi aberta a terceira reunião extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa (CDDHCLP/CLDF). O presidente justificou a realização da presente reunião extraordinária devido à importância e à urgência do debate sobre a questão do racismo nas escolas do Distrito Federal. Não havendo outros parlamentares da comissão para fazerem comunicados iniciais, o presidente da comissão convidou para compor a mesa da reunião a promotora responsável pelo acompanhamento dos casos de racismo nas escolas no Distrito Federal, a Sra. Polyanna Silveiras de Moraes Dias; a pró-reitora do Instituto Federal de Brasília, e responsável pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFB, professora doutora Diene Tavares; o dirigente do coletivo Juntos! e ex-diretor da Ubes, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, o Sr. Luiz Philipe Silva Rodrigues; a coordenadora da Rede Emancipa de Planaltina, a Sra. Tarçila Amoras; a delegada-chefe da Decrin, delegacia especializada em crimes de racismo no DF, a Sra. Ângela Maria dos Santos; e a Sra. Sabryna Melo, mãe de um estudante vítima de racismo na escola. O presidente agradeceu a todos que compuseram a mesa e informou que nos últimos anos a Comissão de Direitos Humanos tem recebido uma série de denúncias de racismo, em diversos contextos, mas também no ambiente escolar. Destacou a aprovação em dois turnos do projeto de lei do Deputado Max Maciel intitulado Projeto de Lei Vini Júnior que trata do racismo nos campeonatos esportivos no Distrito Federal. Ressaltou a importância deste projeto como uma vitória e um avanço na legislação antirracista no âmbito do Distrito Federal. O presidente informou que tem priorizado esta discussão no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, onde chegam muitas denúncias que na sua maior parte são encaminhadas ao Ministério Público, para a doutora Polyanna; enquanto outras à Decrim. Enfatizou o aumento de casos relacionados a essa temática e o fato de que as pessoas estão buscando informações, querendo dialogar sobre quais são os protocolos, quais são as medidas que devem ser tomadas no enfrentamento ao racismo. Registrou, ainda, a sua participação e da servidora Dani Sanchez, da Comissão de Direitos Humanos, no Fórum Antirracista organizado pelos professores e pelas escolas no Recanto das Emas, onde houve uma participação muito ampla e foi possível entender que o primeiro passo do enfrentamento é a prevenção e a discussão dos conteúdos nas escolas, possibilitando, assim, a geração de uma nova cultura antirracista e completamente sem tolerância a esse tipo de violência, fato este, que não vem sendo realizado devido à lógica conteudista de algumas escolas que levam em consideração apenas uma história eurocentrada em todas as áreas de conhecimento. Em seguida, destacou a importância de discutir separadamente a responsabilidade sobre os direitos da infância e da adolescência, dos casos de violência na escola e dos casos de bullying. Por fim, na sua fala inicial, destacou a necessidade de que seja estabelecido um protocolo objetivo, pragmático, em relação ao combate do racismo nas escolas, que ajudem a saber como a vítima, o poder público e os outros atores envolvidos possam lidar com a questão. Na sequência, foi concedida a palavra a pró-reitora do Instituto Federal de Brasília, a Dra. Diene Tavares, a qual destacou que falar de racismo no ambiente escolar é falar de democracia e de resistência, onde a construção de uma agenda antirracista para a educação brasileira seria uma tarefa essencial para a promoção da equidade em uma sociedade atravessada por desigualdades estruturais, históricas e de exclusão. O deputado Fábio Felix agradeceu as considerações realizadas pela professora Diene, registrou e agradeceu a presença dos alunos da Escola Vitória Régia de Vicente Pires, participantes do programa Conhecendo o Parlamento da CLDF. Em seguida, convidou para compor a mesa a professora Catarina, da Faculdade de Educação de Brasília e concedeu a palavra ao Sr. Luiz Philipe Silva Rodrigues, integrante do coletivo Juntos! e ex-diretor da Ubes, que, dentre outros aspectos, destacou a presença do movimento dentro de todos os locais – universidades, escolas, ruas, praças, comunidades – e que preza tanto pelo anticapitalismo, pelo socialismo, quanto pela luta por uma educação que seja libertadora e que traga o melhor para a nossa sociedade. O deputado Fábio Felix agradeceu a fala do Sr. Luiz, destacando sua importância, referenciada pela sua história, vivência e na sua auto-organização. Em seguida, registrou uma carta da deputada Jaqueline Silva, membra titular da Comissão, cumprimentando o presidente da Comissão por trazer ao parlamento um debate tão importante sobre a questão do racismo nas escolas do DF e que tal debate requer um esforço coletivo e contínuo da sociedade, do poder público e de toda a comunidade escolar, sendo fundamental reconhecer e abordar as várias formas de discriminação para garantir que todas as crianças tenham acesso a um ambiente educacional seguro, inclusivo e

equitativo. Além de justificar e lamentar o não comparecimento à reunião, considerando a relevância do debate e a importância de participar ativamente na construção de um ambiente escolar mais inclusivo e justo, reafirmou o seu compromisso com a luta contra o racismo e o interesse em acompanhar os desdobramentos da reunião. O deputado Fábio Felix agradeceu a carta enviada e destacou que a deputada Jaqueline Silva é membra da comissão e encontra-se sempre presente às reuniões da comissão. Na sequência, registrou a presença da Sra. Ericka Milene, que passou por uma situação difícil recentemente num campeonato esportivo com seu filho; da servidora Natália Oliveira, assessora do deputado Max Maciel; do Sr. Víctor Pereira de Souza, professor da Escola Waldorf Moara; da Sra. Fabíola da Costa Farias, diretora da Escola de Educação Infantil e membro do Grupo Antirracista do Recanto das Emas; e da Sra. Flávia Rodrigues de Sousa, alfabetizadora e coordenadora da Escola Classe 18 do Gama. Prosseguindo a reunião, foi concedida a palavra à senhora Sabryna Melo, mãe de um estudante que foi vítima de racismo na escola, que relatou o caso sofrido pelo seu filho, destacando a falta de acolhimento por parte da escola, ressaltando a necessidade de ações que orientem a escola sobre como agir em situações de racismo e que, como mãe de um filho agredido, espera que a justiça seja feita para que seu filho não tenha que conviver com o seu agressor dentro do mesmo ambiente e que nenhum outro adolescente e nenhuma outra criança seja obrigada a permanecer no mesmo ambiente que seu agressor. O deputado Fábio Felix apresentou solidariedade a Sra. Sabrina e informou que a Comissão de Direitos Humanos está acompanhando o caso, bem como o caso de outra pessoa presente à reunião, e aproveitou para questionar sobre o enfrentamento deste tema nas escolas por parte dos educadores e da necessidade de reflexão também por parte dos estudantes quanto ao tema, destacando ser intolerável agressão e violência racista dentro das escolas. Em seguida, passou a palavra a Sra. Tarsila, coordenadora da Rede Emancipa, movimento social de educação popular de Planaltina que, inicialmente, alertou que o racismo não se concentra em um local específico, que ele está estruturado na nossa sociedade, institucionalizado nas escolas, universidades, locais de trabalho etc. Destacou, ainda, a criação da Rede Emancipa, sua atuação e estrutura organizativa. Por fim, compartilhou que na condição de movimento, há uma compreensão de que coragem é um sentimento coletivo e que é construída diariamente. Em seguida, o deputado Fábio Felix agradeceu a presença da Rede Emancipa e registrou a presença da Sra. Suellen Carina, secretária escolar da Escola Waldorf Moara; da Sra. Emanuela Moraes, secretária executiva do Tribunal de Contas do Distrito Federal; da Sra. Renata Parreira, professora aposentada da Secretaria de Educação e ativista de direitos humanos; da Sra. Simone Gontijo, pró-reitora de Pesquisa e Inovação do IFB e da Sra. Rosa Amélia, pró-reitora de Ensino do IFB. Na sequência foi concedida a palavra a Sra. Angela Maria dos Santos, representante da Decrin, que se solidarizou com as mães de alunos vítimas de racismo nas escolas, detalhou o trabalho realizado pela Decrin desde 2016 e destacou o trabalho conjunto da polícia, da escola, do Ministério Público e de todos os coletivos presentes na reunião. Por fim, ressaltou que o trabalho realizado pela Decrin é baseado na interseccionalidade, onde se trabalha com raça, religião, diversidade sexual, pessoas idosas e pessoas com deficiência. O deputado Fábio Felix destacou a importância da Decrin nos atendimentos especializados e que luta para que a delegacia passe a atender 24 horas, considerando que no momento funciona apenas no horário comercial. Aproveitou a oportunidade para registrar a presença da Professora Ildete Batista, coordenadora de Direitos Humanos, Diversidade, Educação Antirracista da Regional do Gama; e da Sra. Gizely Ribeiro, assessora do deputado Ricardo Vale, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos. Na sequência foi concedida a palavra a Sra. Catarina Almeida dos Santos, da Faculdade de Educação de Brasília, que destacou a importância de se debater a questão do racismo nas escolas. Em seguida, foi concedida a palavra a Sra. Polyanna Silveiras de Moraes Dias, pró-reitora do Instituto Federal de Brasília, e responsável pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFB, que explicou sua participação na coordenação no Núcleo de Enfrentamento à Discriminação, onde ocupa a função de assessora do procurador-geral. Informou que o Ministério Público trabalha nessa pauta por meio desse núcleo juntamente com o Proeduc, onde há atuação mais centrada no impulsionamento das políticas públicas, mas onde também há atuação em casos individuais. Destacou a necessidade de que a pauta se torne uma agenda pública, uma agenda federal, uma agenda distrital, além de que exista uma parceria do governo, com a Secretaria de Educação e com as escolas particulares do Distrito Federal, ressaltando que esta pauta não seria uma pauta de esquerda, não seria uma pauta de direita, seria uma pauta de direitos humanos, onde se precisa trabalhar em conjunto para extirpar o racismo da nossa sociedade. Por fim, informou que no dia 28 de junho de 2024, será realizada uma audiência pública no MPDFT, organizada pela Procuradoria-Geral de Justiça, com o apoio do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação e da Proeduc, com a participação de acadêmicos e pessoas do movimento social, além da colaboração e parceria da Secretaria de Educação, no intuito de lançar um documento com algumas diretrizes básicas para que medidas possam ser tomadas nas escolas particulares e públicas. Além disso, informou sobre a realização de outro evento, no dia 27 de junho de 2024, à noite, a partir das 18 horas, no edifício sede, com a participação da professora Ednéia

Gonçalves, da Ação Educativa, e da professora Gina Vieira, onde será debatida a questão da necessidade de introdução de uma educação para a cultura das relações étnico-raciais nas escolas, para a realização de protocolos de prevenção e de combate ao racismo e para falar sobre ações concretas de enfrentamento antirracista nas escolas. O deputado Fábio Felix destacou a importância do Ministério Público ter priorizado através de uma promotoria especial, uma assessoria, do procurador-geral, destinada especialmente aos casos relacionados ao racismo e a vários temas relacionados a direitos humanos. Na sequência foi disponibilizada a realização de inscrições para fala daquelas pessoas que estavam participando da reunião. Ainda foi registrada a presença dos alunos Isadora, Davi, João Gabriel e Cauã do terceiro ano do ensino médio do Centro Educacional 02 do Cruzeiro. Foi concedida fala à Sra. Renata Pereira, professora da Secretaria de Educação; à Sra. Keidy Oneia de Aquino Andrade, assistente social e especialista em saúde pública; à Sra. Técia Goulart de Souza, professora da rede de educação do Distrito Federal; à Sra. Fabíola da Costa Farias, professora do Jardim de Infância 603; ao Sr. Ailton Zouk, advogado criminalista; à Sra. Elisabete Lins; ao Sr. João Paulo, aluno do IFB e integrante dos núcleos NEABI, NUGEB e NAPNE. Na sequência, o deputado Fábio Felix destacou que a Secretaria de Educação foi convidada para participar do debate, mas que a mesma não se encontrava presente e posteriormente iria procurar saber o motivo da ausência, além de buscar junto à Secretaria de Educação a elaboração de um protocolo entre o Conselho de Educação e a Secretaria, ou que o próprio Conselho de Educação aprove um protocolo de racismo para as escolas. Ressaltou, ainda a existência de um fórum para a educação étnico-racial que se encontra inativo e da necessidade de reativar esse fórum. Além de informar que serão realizadas ações em 2 frentes: na cobrança de implementação da lei de estudo sobre a África, das questões étnico-raciais nas escolas; e na resposta dos casos de violência que estão acontecendo hoje, por meio de um protocolo. Destacou a questão da necessidade de haver recursos financeiros e que não se faz projeto pedagógico robusto sem recursos, sem estar inserido na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). Ressaltou a necessidade de se criar um protocolo específico sobre o tema, para orientar qual instituição e qual rede será acionada diante dos casos que venham a surgir, inclusive, para o acolhimento da família. Para concluir, o Deputado Fábio Felix informou que a Comissão de Direitos Humanos produziu cartilhas sobre alguns temas, como a Escola de todas as cores, um letramento sobre a questão da dignidade da população LGBT; uma outra cartilha sobre educação inclusiva, que orienta educadores e educadoras sobre a questão da educação inclusiva; e que deverá ser colocada na agenda da comissão o lançamento de uma cartilha antirracista para as escolas, que ajude na formação dos educadores, sempre focada na prevenção. Sobre a proposta do protocolo, informou que a Secretaria de Educação será acionada visando a realização de uma reunião para discutir o tema e que a Comissão de Direitos Humanos enviará um requerimento de informação para a Secretaria de Educação para entender objetivamente quais são os elementos hoje sobre a implementação da lei de estudo de África e das relações étnico-raciais nas escolas. Por fim, agradeceu às famílias presentes e, em especial, à Sra. Sabryna, que representou as mães de estudantes vítimas de racismo na reunião; ao Ministério Público, na pessoa da Dra. Polyanna, que sempre tem dado prioridade e atenção aos casos de racismo nas escolas; a todos os educadores e educadoras que com todo esforço desempenham um trabalho muito importante, estratégico e que vai fazer diferença no futuro da nossa sociedade. Ao término da reunião, agradeceu a presença de todos que participaram da reunião da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos. Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a terceira reunião extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, às 12h46min. Eu, Gabriel Santos Elias, Secretário da Comissão, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, será enviada para publicação.

Brasília, 18 de outubro de 2024.

**GABRIEL SANTOS ELIAS**

*Secretário da Comissão*



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL SANTOS ELIAS - Matr. 22107, Secretário(a) de Comissão**, em 21/10/2024, às 18:06, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: **1872448** Código CRC: **E9F9A490**.